

"A Granja do Torto é bem longe e é boa para quem tem helicóptero para se deslocar. Nós não temos."

• José Dirceu, presidente nacional do PT, ontem em Brasília, ao descartar a necessidade da equipe de transição do PT usar uma das residências oficiais da Presidência da República localizada a 10 km do centro de Brasília.

Fome Zero, políticas de renda e a desigualdade inercial



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O nascimento do governo Lula trouxe algumas surpresas. Talvez a maior delas foi que a surpresa não se originou na área econômica, mas na área social. Lula parece não querer tornar o Brasil diferente dos outros países no campo macroeconômico; pelo contrário, suas ações visam tornar o país mais igual ao resto do mundo, combatendo a nossa principal diferença que é a desigualdade. O projeto Fome Zero é a prioridade de Lula, como o Plano Real foi nos idos da era FHC. Lula busca dar um choque na miséria, comparável ao que FHC deu na inflação.

O Brasil foi o recordista mundial de inflação no período 1960-95, superando inclusive a Argentina, nossa eterna rival neste campo. Uma das principais causas da goleada brasileira é a nossa crônica capacidade de acomodar conflitos. Cada agente, na tentativa de se defender da inflação através do reajuste periódico e automático de sua respectiva renda, acabava por perpetuar a inflação de todos. Esta é a essência da inércia inflacionária.

Estamos, desde pelo menos os anos 60, no pódio do campeonato mundial da desigualdade de renda. O que im-

pressiona nas nossas séries históricas é não só o nível, mas a persistência da desigualdade de renda. A inércia da iniquidade brasileira é muito mais forte do que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de bases anuais, enquanto a desigualdade inercial se transmite ao longo de gerações.

Como na luta contra a inflação, é preciso desindexar a desigualdade, romper com o passado usando políticas de renda. Como quando se concede maiores reajustes dos benefícios sociais para os mais pobres. É verdade ainda que a adoção de políticas de renda, por si, não resolve nem os fundamentos da estabilidade, nem os da equidade. O que vai determinar em última instância a estabilidade de preços são políticas fiscal e externa equilibradas ao longo do tempo. Da mesma forma que mudanças sustentáveis da distribuição de renda exigem alterações na distribuição da riqueza.

A adoção de políticas de renda pode acelerar o processo, o que é mais crucial no caso da desigualdade do que no da inflação. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta. Por exemplo, o investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda, demora décadas para maturar. O papel acelerador das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos à acumulação de capital pelos pobres para que a direção dos novos fluxos renda, seja con-

sistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. O bolsa-escola procura fazer justamente isso em relação ao capital humano.

Podemos agrupar as propostas de políticas de renda embutidas no projeto Fome Zero em três vertentes: a) distribuição de tíquetes-alimentação; b) renda universal de Suplicy; c) o bolsa-escola aplicado em Brasília por Cristóvão Buarque e hoje difundido pelo país no âmbito do Projeto Alvorada. Essas propostas podem ser contrastadas por critérios variados como público-alvo, condicionalidades impostas, modalidades dos benefícios, entre outros.

Segundo os livros-texto de economia, transferências de renda são melhores que transferências em espécie, pela liberdade do indivíduo escolher que necessidades satisfazer, incluindo a de prover recursos para o futuro. Nesse sentido, renda universal e bolsa-escola seriam superiores a tíquetes-alimentação. A restrição imposta por transferências em bens só faria sentido se acreditarmos na incapacidade dos pobres de fazer escolhas, como na imagem do pai transformando em cachaça o leite das crianças. Já o bolsa-escola elege as mães como recipientes do programa, apostando na maior educação e altruísmo femininos.

As principais diferenças entre renda universal e bolsa-escola estão no foco e nos condicionantes dos programas. Suplicy persegue, com admirável perseve-

rança, a universalidade incondicional, conferindo renda a todos brasileiros. Uma das vantagens da universalização é eliminar efeitos colaterais do programa sobre a disposição ao trabalho e à informalidade, tornando-o menos distorcivo e simples, porém mais caro.

Já o bolsa-escola foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionadas à frequência escolar. A estratégia de abrir as comportas do helicóptero do orçamento social sobre as escolas revela grande capacidade de atingir os pobres e de induzi-los a tomar decisões que

Lula não quer tornar a economia do Brasil diferente da de outros países, mas combater a principal diferença que é a grande desigualdade

os farão menos miseráveis no futuro, uma vez que o público infante-juvenil é um grande bolsão de miséria e a educação um grande investimento social.

Os bons resultados sociais não são baixados por decreto, mas são construídos em conjunto pelos diversos atores sociais atuando a partir de interesses próprios. Cabe ao estado atuar no tecido social como provedor de motivações corretas, para que ações proveitosas sejam tomadas individualmente, como faz o programa bolsa-escola. Diversas fa-

lhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo bolsa-escola, como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e de externalidades na educação. Estas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade.

Uma crítica que se tem feito à generalização, ora em curso, do bolsa-escola no âmbito do projeto Alvorada é o baixo valor unitário percebido: 15 reais por criança sujeito ao teto de 45 reais por família. Entretanto, em termos de formação de um cadastro de beneficiários do programa, um baixo valor é tudo o que se precisa para minorar os riscos que falsos pobres abocanhem recursos do programa. Uma vez consolidado o cadastro e distribuídos os cartões magnéticos, o foco dos recursos envolvidos no aumento do valor do benefício seria mais certo.

Dada a longa defasagem temporal envolvida no ataque à desigualdade, o que um governo pode fazer, além de propiciar aumento dos ativos produtivos dos pobres, é adotar políticas de renda socialmente inteligentes que acelerem este processo.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve regularmente neste espaço. E-mail: mcneri@fgv.br